

# A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE E DO ESPÍRITO *PROGRESSISTA* LATINO-AMERICANOS NO PENSAMENTO DE JOSÉ MÁRMOL, PEDRO HENRÍQUEZ UREÑA E ÁNGEL RAMA

## LA FORMACIÓN DE LA IDENTIDAD Y DEL ESPÍRITU PROGRESISTA LATINOAMERICANOS EN EL PENSAMIENTO DE JOSÉ MARMOL, PEDRO HENRÍQUEZ UREÑA Y ÁNGEL RAMA

Amanda da Silva Oliveira<sup>1</sup>  
Maria Eunice Moreira<sup>2</sup>

**RESUMO:** Na pluralidade do ser, o latino-americano interage não só com uma cultura importada imposta, mas se vê tangenciado pelo fascismo de uma língua também importada. Para Mármol, Ureña e Rama, a tomada de posição do cidadão latino-americano não só é obrigatória, como é a necessidade inicial para sairmos da situação de subdesenvolvimento, de colônia, de dominação, de dependência. A proposta deste texto é refletir sobre as heranças de colonialidade, para a direção de uma autonomia identitária, a partir do pensamento de José Mármol, Pedro Henríquez Ureña e Ángel Rama. O objetivo dessa reflexão é analisar como a literatura, vista num todo ainda maior, que é a manifestação da cultura, pode evidenciar a tomada de posição política de conquista do espaço social efetivo, que está além da mera conquista de independência, e a este espaço poder escrever uma realidade outra de desenvolvimento intelectual, através da própria língua que por ora se impôs.

**Palavras-chave:** Colonialidade. Literatura latino-americana. Identidade. Autonomia. Cultura.

132

A visão latino-americana sobre a organização social de seu espaço, quer seja físico ou cultural, sempre foi pautada pela discussão acerca de seu pertencimento ao território geográfico da América. É através dessa postura de pertencimento que os indivíduos, nativos e/ou estrangeiros, vão se mesclando numa nova cidade<sup>3</sup>, conforme definiu Ángel Rama em *Ciudad Letrada*, e essa identidade foge da definição de unidade, já que é heterogênea, mas vista e compreendida em sua totalidade, como um *cuero vivo*. Nessa pluralidade do ser, o latino-americano interage não só com uma cultura importada

---

<sup>1</sup> Mestre em Teoria da Literatura pela PUCRS.

<sup>2</sup> Professora Doutora, Titular do Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<sup>3</sup> Para Rama, o termo cidade na América Latina corresponde a “um parto de inteligência”, “o sonho da ordem”. Buscando a diferenciação das antigas cidades medievais europeias, os colonizadores buscavam no território americano uma nova distribuição de espaço, para um novo modo de vida. Ao passarem de um continente velho para um novo, a organização do espaço foi conduzida de forma a possibilitar ao projeto de colonização uma forma de entender a ordem social hierárquica transposta a uma ordem distributivo-geométrica. A cidade-signo, portanto, indicava a “coisa pensada”, fundamental para essa época de utopias, já que “*el futuro que aún no existe, que no es sino sueño de la razón, es la perspectiva genética del proyecto*” (RAMA, 1998, p. 20).

imposta, mas, e principalmente, se vê tangenciado pelo fascismo dessa língua também importada, tendo que optar, seja pela própria vontade ou pela alheia, a abster-se de seu idioma em prol desse idioma do outro. São nessas relações de eu-outro-mundo, através da voz de certos narradores, que a ideia do presente trabalho questiona: qual seria – se assim pudesse existir – a definição da identidade latino-americana, tendo por base a antiga realidade histórica de colônia de seus habitantes?

Movidas pela hipótese de que o espírito de luta revolucionária é a exigência máxima para as definições de uma identidade latino-americana, e refletindo sobre os três autores a serem analisados para este escrito, podemos direcionar nossa compreensão da moldura histórica que se nos apresenta como uma interpretação de que a tomada de posição do cidadão latino-americano não só é obrigatória, como é a necessidade inicial para sairmos da situação de subdesenvolvimento, de colônia, de dominação, de dependência, entre outros termos levantados por esses e outros autores, quando se fala de território americano.

De fato, o indivíduo latino-americano coloca-se frente a duas situações bastante arbitrárias: o progresso de seu povo pode ser conquistado através das mãos estrangeiras, e não há como se esquecer do domínio europeu massificado e violento; por outro, a própria condição de negação dessa “cidade” evidencia o atraso e a barbárie. Em virtude do cenário plural, cabe às presentes e futuras gerações, na imagem do jovem, adotar a vontade e a realidade de mudança, e à literatura, o passaporte que estes jovens utilizarão, porque a pena, aqui, é mais que um mero escrever a revolução: é a própria tomada de luta pela melhoria social e igualitária desse território americano.

David Perkins, na obra *História da literatura e narração*, cita, dentre os quatro elementos fundamentais para a escrita de uma História da literatura, a narração como o mais importante das características, pois abrange a “descrição, através do tempo, de um estado de coisas a outro” (1999, p. 1). Sendo ela narrativa, a presença do narrador é o que dá o direcionamento do texto para um enredo específico, o que evidencia a necessária disposição do pesquisador para o contar uma história, pois, para Perkins, são “as narrações [que] movem os enredos”. (1999, p. 6).

Dessa forma, as ideias principais dos autores José Mármol, Pedro Henríquez Ureña e Ángel Rama sobre os aspectos que evidenciaríamos elementos identitários dos latino-americanos não só nos servem como pano de fundo, mas, e principalmente, apresentam a

imagem própria da necessidade de atitude política e social. A partir de repertórios diferentes, como crônicas, pesquisas de produções literárias, componentes históricos e sociais, além, é claro, das evidentes opiniões dos autores, a proposta é pensar como os textos, considerados basilares para uma compreensão da América Latina enquanto organização cultural, podem ser analisados a partir dos aspectos de suas heranças de colonialidade para a direção de uma autonomia identitária, apresentando-se como os primeiros escritos de uma história da cultura latino-americana, já que suas compreensões do conceito de literatura são muito mais abrangentes. A partir dessa hipótese, o desejo é perceber como a literatura, vista num todo ainda maior, que é a manifestação da cultura, pode evidenciar a tomada de posição política de conquista do espaço social efetivo, que está além da mera conquista política de independência, e a ele escrever uma realidade outra de desenvolvimento intelectual, através da própria língua que por ora se impôs.

## 1 JOSÉ MÁRMOL: UM EXÍLIO

Em princípio, é o incentivo feroz de luta por parte da juventude progressista<sup>4</sup> o principal argumento defendido por José Mármol, em *Ostensor Brasileiro*, jornal independente publicado entre 1845 e 1846 no Rio de Janeiro que, lançado quinzenalmente, contou com 52 edições. Mármol escrevia crônicas de variadas temáticas, que incluíam fragmentos de suas observações pela cidade maravilhosa, mescladas com suas impressões filosóficas e sociais de mundo, sempre como um olhar estrangeiro – e exilado – nas terras tropicais. Pensava a literatura, principalmente a poesia, como “huma cousa eterna como a natureza de Deos” (2010, p. 248). Para ele, nós “não escrevemos para que nos acreditem, mas sim para que nos ouçam” (2010, p. 251), nessa sociedade superficial e sem princípios, ou de princípios copiados ignorantemente, como o Brasil: “disputa-se, grita-se e exclama-se. A política, a literatura, e a honra alheia sobre tudo, são as conversações da moda” (2010, p. 259). E em outra crônica, indica:

---

<sup>4</sup> Escreve José Mármol: “O progresso não he, como alguém crê, hum atributo inherente a todo o homem joven: em huma geração nova encontra-se huma nímia fracção que progride, que segue as leis da natureza [e do tempo; e outra fracção considerável que não faz senão nascer, vegetar e morrer. Progredir he desenvolver-se com o successo e com o tempo, seguir o curso da revolução continua em que se agita a natureza moral, e não estacionar-se em idéa alguma, em principio algum, que não sejam a expressão das necessidades do momento. A mocidade que concebe e poem em pratica esta verdade com seus meios inteligentes he a que se chama *Juventude progressista*”. (MÁRMOL, 2010, p. 408)

Huma revolução se fermenta no pensamento da nova geração, e essa revolução triunfará, por que nenhuma geração joven considera perigosa outra geração que caduca, e com ella seus vícios, seus erros, e suas preocupações. Quando essa revolução tiver dado o seu ultimo resultado, a sociedade vivirá no seio da liberdade; terá suas classes, e o Genio e a virtude terão igualmente as suas. Huma vez em seu theatro, representarão o seu papel, e a magnificencia americana terá huma lyra e hum pincel americanos. (2010, p. 230)

Quando Mármol sinaliza o quanto as aparências sociais são fundamentais para as definições de verdades ou validades<sup>5</sup> dessa mesma sociedade, ele evidencia que a organização do povo brasileiro em costumes importados europeus representa a superficialidade das relações interpessoais, além de marcar a falsidade comportamental dependente do brasileiro. Ele cita o quanto as jovens são frívolas e tendenciosas aos modismos de comportamento da época<sup>6</sup>, ações essas contrárias ao que sua crença de progresso possa despertar na inteligência da mocidade. A perda de espírito motivador para a luta intelectual, nesse aspecto, é negada pela importação da cultura do dominante – em nosso caso a portuguesa – e “o pior é que não há remédio para semelhante mal” (MÁRMOL, 2010, p. 259), com exceção, é claro, se o progresso for tomado com o desejo de desenvolver-se para chegar à revolução.

Percebe-se, claramente, no seu repertório de anotações pessoais, nas crônicas de *flâneur* que assina no periódico, a posição do autor para a tomada de consciência social da América Latina: discurso inflamado – “porque razão o Genio se não eleva na America á altura da sua natureza” (MÁRMOL, 2010, p. 229), “o porvir do mundo he o patrimonio da America” (p. 230) –, retrato do exotismo da bela paisagem do Rio de Janeiro – “este paiz privilegiado pela mão de Deos, com a copia dos panoramas do seu Paraizo encantado, he a gruta phantastica do jardim tropical” (MÁRMOL, 2010, p. 229) –, apesar da sensação de não-pertencimento, ou de abandono, causado pelo período de exílio vivido pelo autor – “a indolente tranquillidade do estrangeiro, quando, não esperado nem conhecido de pessoa alguma, caminha, mais á mercê do instincto, que da própria vontade” (MÁRMOL, 2010, p. 229). No entanto, tem-se a imagem positiva de que é somente através da literatura que o Brasil, nesse caso específico, tem campo para buscar sua consciência política e ideológica para, assim, constituir-se como nação. Para Mármol, um espírito de pertencimento brasileiro só pode ocorrer quando voltarmos às costas para o cenário paternalista existente, para

---

<sup>5</sup> Penso aqui também em “Crítica e Verdade”, de Roland Barthes.

<sup>6</sup> Para Mármol, “na sociedade, basta que huma cousa exista em apparencia, e que algumas dúzias de pessoas acreditem n’ella, para que seja classificada como verdadeira”. (2010, p. 258)

uma independência madura da nação brasileira. Diz isso porque a colonização, no Brasil, parece-lhe estender-se além do período de imperialismo. O país, apesar de independente, segue comportando-se como uma criança, quicá pelo jovem D. Pedro II, quem, assim como o próprio país, tenha que esperar a maioridade para governar(-se). É a busca pela causa identitária que faria a América prosperar e de fato considerar-se independente: “a mesma causa que produz a escravidão da consciência americana, as crenças europeias, em philosophia, legislação, sciencias, artes, literatura, e ainda nos costumes, he a que produz o abandono do Gênio americano, para seu engrandecimento e originalidade”. (2010, p. 229)

A inteligência americana, “que vegeta só, como o arbusto no deserto” (MÁRMOL, 2010, p. 229), confronta-se com as classes bárbara (“que não lê, porque não sabe”), tirânica (que cria as leis para si mesma) e comercial (“que monopoliza as riquezas”, p. 230), e é inviabilizada de ocorrer se não for através da revolução de Independência Intelectual, defendida pelo autor. Nesse aspecto, só há liberdade quando há civilização, e dessa forma, na união desses dois pontos, pode-se urgir o “Gênio americano”, de propriedade do povo. Assim, somente através das independências moral, filosófica, ideológica e de expressão pode se construir a independência literária, e só através desses fatores o projeto literário pode acontecer na América. Mármol, dessa forma, inaugura um dos pontos centrais da discussão de Silvano Santiago, em seu texto “O entre-lugar do discurso latino-americano”, quando este afirma: “falar, escrever, significa: falar contra, escrever contra”. (1978, p. 17).

A literatura, portanto, é a arma dessa revolução para essa mudança drástica entre a independência política e a independência identitária e cultural. No contraste com a literatura argentina, que nega o passado em prol do progresso citadino, a brasileira amarra-se na recuperação do passado marcado pela colonialidade portuguesa e a evidência de valorização do clima e solo característicos – “minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá” – acaba por confirmar a colonização portuguesa e a imposição da cultura do outro, em detrimento da “nossa”, que não nasce por conta desse cordão umbilical ainda não rompido. Mármol narra “uma sociedade que não rompeu com sua organização tradicional e não encontra em seu passado uma literatura própria, não pode em boa lógica contar com um movimento literário que não pode operar-se sem o auxílio e todo o movimento social” (2010, p. 427).

A “civilização caduca”, cujo projeto era o de transformar a América em parte de sua civilização “moderna”, nega às suas colônias o poder de constituir uma literatura própria, uma vez que “uma literatura é a expressão do gosto, do espírito, do pensamento de uma sociedade; e isto, graças às suas madrastras, não tem tido a América até agora” (MÁRMOL, 2010, p. 431). Mármol define para o Brasil a sua identidade libertária somente no momento em que país definir também a revolução como combustível da conquista de um pertencimento brasileiro que ainda não nasceu. Para ele, os destinos da América estão somente nas mãos da juventude: “deixamos agora em nosso coração a consoladora esperança nos esforços dessa juventude, e deixamos nossa frente, tão abatida pelo infortúnio da pátria, alegrar-se no florido sonho do porvir americano” (2010, p. 446). A luta, nesse aspecto, é necessária para que o período de organização efetiva da identidade americana possa de fato ser consolidado. E só através da revolução que essa vivência pode ser possível.

## 2. PEDRO HENRÍQUEZ UREÑA: UMA CARTOGRAFIA

Já para Pedro Henríquez Ureña, em *Las corrientes literarias en la América Hispánica*, a noção da América independente ocorre justamente, como também acreditava Mármol, quando a cena literária passa a ter representantes dispostos a essa reconquista. A partir do capítulo intitulado “La declaración de la independencia intelectual”, Ureña diz que por trás da aparente “imobilidade do sistema” de colônia, a anarquia da América Hispânica estaria latente: após a Independência dos Estados Unidos, as colônias latino-americanas estavam influenciadas por leituras francesas, de autores como Montesquieu, Voltaire e Rousseau. Antonio Nariño, em 1794, por exemplo, traduziu *Déclaration des droits de l'homme* e a distribuiu secretamente por toda América.

No entanto, foi Francisco de Miranda, enviado espanhol, que depois passou para o lado dos Estados Unidos, o precursor da ideia de independência sul-americana<sup>7</sup>, apesar de

---

<sup>7</sup> Conta Ureña que Francisco de Miranda era membro da expedição naval enviada por Carlos III para ajuda aos Estados Unidos contra as possessões inglesas. Rompendo com a Espanha, uniu-se aos Estados Unidos e às experiências da democracia, e seu diário corresponde a um “*extraordinario documento – lo coloca en una posición única dentro de la literatura hispanoamericana*” (1994, p. 99). Através dos contatos que possuía, como por exemplo as correspondências que mantinha com aristocráticos venezuelanos descontentes e os representantes poderosos dos Estados Unidos, possuía planos de independência da América Hispânica. Ureña indica que “*en 1806, condujo su primera expedición a Venezuela, que fracasó. En 1810 volvió allá como jefe reconocido. Fracasó de nuevo, y acabó sus días en la prisión, en España*” (1994, p. 100-101).

desaparecido antes “que seu plano de independência triunfasse” (UREÑA, 1994, p. 101). Nesse período, outros foram os acontecimentos responsáveis pela realização do desejo de independência. Na invasão napoleônica, na Espanha, houve aqui o despertar da revolução. Apesar de poucos, caso talvez só de Buenos Aires, a fidelidade pela Coroa se manteve, e a maioria das colônias “enviaram representantes às Cortes que se reuniram em Cádiz para reorganizar a Espanha enquanto lutava contra a invasão” (UREÑA, 1994, p. 101). A assembleia, porém, foi importante também para a politização e intelectualidade da América. Segundo o autor, “muitos dos deputados escolhidos pelas colônias eram homens de letras que ali praticaram dotes de eloquência e lutaram a favor da independência e o progresso intelectual” (p. 101 – sociedade letrada de Rama, que será abordada no capítulo seguinte). Nesse sentido, “a literatura desempenhou um papel servil em sua atividade política; na realidade, já a haviam anunciado, nos escritos de homens como *Baquijano* e *Espejo*. Os periódicos e folhetos foram instrumentos essenciais em suas campanhas” (p. 102).

O texto de Ureña é a primeira tentativa teórica e sistemática de mapear a produção cultural de cunho independista americano no solo latino-americano e, por este motivo, merece todo o destaque. Foi escrito entre 1940 e 1941, mas só publicado em 1945. Apesar de o seu foco ser a América hispânica, e, em alguns casos, simplesmente ignorar o Brasil, foi responsável pela necessária unificação das produções, por vezes ilhadas nos países latinos, para poder conferir à América Latina seu caráter heterogêneo e plural.

Além disso, identifica a movimentação organizacional dos pensadores da época pela busca independista, política e cultural, como casos isolados, em virtude das localizações geográficas, mas intensas e progressas, como defendia Mármol, e afirma:

*Cabe todavía señalar que se esperaba que la liberación de Sudamérica del dominio español habría de traer no sólo la independencia política para la comunidad, sino también la libertad personal de los indios, muchos de los cuales permanecían aún bajo una esclavitud legalmente disimulada* (UREÑA, 1994, p. 108).

E complementa: “*la justicia para con el indio fué uno de los ideales del movimiento de independencia. El fracaso, a lo largo de todo el siglo XIX, de convertir este ideal en realidad, nos dejó ese problema como herencia*” (UREÑA, 1994, p. 108).

Ureña narra sua noção de correntes literárias<sup>8</sup> da América a partir dos três princípios básicos abordados por Mármol: revolta, anarquia e organização<sup>9</sup>. Pelo menos é o que interpretamos ao observar as nomações dos capítulos aqui analisados (IV – já dito, V – “*Romanticismo y anarquía*” e VI – “*Período de organización*”). Após o período de independência política, a maioria dos países foi arrasada, com exceção do Brasil, que se tornou monarquia, e do Chile, como república aristocrática; nesse período anárquico, de mais ou menos 50 anos de duração (entre 1820 a 1870) muito da opressão por parte dos colonizadores foi finalizada: abolição da escravatura de negros e de indígenas e reforma na educação, liderada por Sarmiento. Muda-se, portanto, a estrutura social para a busca pela organização, entre 1850 e 1870. Agora, ao invés da divisão de classes ao velho estilo europeu, tinha-se a divisão pelas diferenças de poder, de riqueza e de educação. Além disso, “durante este frutífero período de reconstrução social e política não houve revolução, nem maiores inovações deliberadas nas artes ou na literatura” (UREÑA, 1994, p. 143), tendo o romantismo como tradição.

Ureña narra que a literatura passa a significar a arma na tentativa de novos tempos:

*en los países ya independientes, la literatura, en todas sus formas, conservó todas las funciones públicas que había cobrado con el movimiento de liberación. En medio de la anarquía, los hombres de letras estuvieron todos del lado de la justicia social, o al menos del lado de la organización política contra las fuerzas del desorden.* (UREÑA, 1994, p. 118).

Nesse momento, destacam-se para ele, por exemplo, os “*profetas de la abolición de la esclavitud*”, no Brasil, com nomes como o de Gonçalves Dias, Castro Alves, Fagundes Varela e Tobias Barreto, e afirma que “*nuestros hombres de letras fueron, pues, por regla general, también hombres de acción*” (p. 120), marcando o movimento romântico como o mais significativo dessa tentativa de autonomia:

---

<sup>8</sup> A proposta de Ureña corresponde à primeira visão sistemática da América Latina: através do mapeamento das relações culturais e literárias, entre 1492 até meados dos anos 1940, desenvolvidas na América Hispânica como um movimento em direção a busca de “nossa expressão”, destaca os inúmeros feitos de autores e intelectuais ao longo da história para a produção artística latino-americana, que significam não só uma forma de independência cultural mas, sim, e principalmente, política.

<sup>9</sup> “A independência devia apresentar a primeira frente desse quadro, a anarquia a segunda, a reação ao absolutismo a terceira, e a reorganização a última – tudo isto é lógico, porque encerra o todo de uma revolução social, que é o que significa a revolução americana, e não simplesmente uma revolução política, como equivocadamente creram os gloriosos executores de nossa independência”. (MÁRMOL, 2010, p. 431)



*el movimiento romántico adquirió fisonomía propia en la América hispánica. Antes que nada, en su ruptura con todo el bagaje de reglas neoclásicas, nuestros románticos intentaron realmente deshacer de todo canon. No quiere esto decir que siempre lo consiguieran de un modo claro* (UREÑA, 1994, p. 130).

No entanto, apesar de tudo, a autonomia ficou reduzida por vezes a uma cópia do modelo francês de literatura de rebelião: “*nuestros románticos, en la América hispánica, hablaron alguna que otra vez como desterrados; pero no hacían entonces más que imitar diligentemente a sus dechados europeos*” (UREÑA, 1994, p. 131).

O objetivo da história cultural de Ureña é a de evidenciar a tendência literária latino-americana entre os períodos de colonialidade, de independência e de autonomia. Percebe-se que as produções escritas nesses períodos foram, conforme as localidades, respostas à vivência colonial, ou seja, há uma organização de intelectuais que entende o projeto cultural de seu país com as produções literárias como repertório, que, apesar de não tão independente esteticamente, tinha como objetivo a busca pela autonomia identitária. Apesar disso, confirma a visão na qual Mármol tinha da independência cultural do Brasil, pois orienta esse crescente desenvolvimento da literatura como identidade mais na América Espanhola – incluindo o Brasil como um caso “estrangeiro” que nem sempre se aplica.

### 3 ÁNGEL RAMA: UMA CIDADE

Já em *Ciudad Letrada*, Ángel Rama traz à tona a discussão da identidade cultural latino-americana um termo que, em Mármol, evidenciava a luta pelo alcance dessa independência. Além da reflexão da nossa organização política e social no contexto geográfico e arquitetônico de cidade, que passa a ser o signo central de seu sistema cultural das Américas, percebe-se que a “*ciudad letrada*” nada mais é do que uma outra cidade, não palpável nem observável diretamente, mas vivida por todos seus cidadãos através das leis internas que regem a cultura – e é impossível não comparar com a ideia de poder simbólico, termo cunhado por Pierre Bourdieu. Os letrados, servidores intelectuais do poder, estabelecem o elo entre o poder institucionalizado político, como executor de suas ordens, e o povo, que passa a considerar os modelos de *funcionariado* e de burocracia como leis internas de organização social.

No prólogo da edição uruguaia, de 1998, Hugo Achugar diz que a obra de Rama representa uma *“lectura fragmentada de la cultura latino-americana y, en algunos casos, a una lectura provinciana en el doble sentido de local y de aislada de los demás aspectos de la sociedad”* (p. 7). No entanto, é justamente esse descentramento leitor que “parece surgir como el modo válido por excelencia de dar cuenta del producto cultural” (ACHUGAR, 1998, p. 7), já que a América Latina é vista como *“un cuerpo vivo y provocativo de tensiones y luchas que configura una identidad cultural particular”* (p. 7), de contradições e paradoxos. Para Achugar, *“es a ese tipo de visiones y a esa apuesta a un determinado proyecto de patria grande, que pertenece el grueso de la obra de Ángel Rama”*. (ACHUGAR, 1998, p. 7)

A obra de Rama, publicada postumamente, é mais uma evidência da narrativa que deseja abarcar a América Latina em sua totalidade, como já presente em Ureña, mas estabelecendo e marcando sua heterogeneidade. A paixão que tinha pelo Uruguai e pelo ensinar, como reflete Achugar, *“su amor por la palabra no le llevó – como señala en la ciudad letrada – a la justificación del poder. Por el contrario, le sirvió para ejercer las escrituras como un arma contra la arbitrariedad y la mistificación de los poderosos”* (1998, p. 9-10). E conclui:

*Lectura de la historia cultural que permite acercarnos al presente contemporáneo del continente, La ciudad letrada de Rama, abandona las estrechas anteojeras del acartonado y retórico legado oficial con que nos han abrumado Academias y Mesías cívico-militares – esas dos deformaciones del poder – que han asolado nuestras naciones.*

*Lectura crítica de la realidad, lectura seminal de la cultura latinoamericana, la obra de Ángel Rama ayuda a la desconstrucción – la única que nos parece tiene interés – del estereotipo oficial y del metropolitano. Ese desafío a la verdad adocenada y estéril y su apasionado reflexionar, fueron formas de su magisterio; su consecuencia para con la tarea intelectual de un latinoamericano fue otro modo de ser un maestro en estos tiempos turbulentos que le tocó vivir.* (ACHUGAR, 1998, p. 11)

O poder, patrimônio de poucos, é desejo de todos; representa moeda valiosa em todos os mundos. No caso específico do novo mundo, ele é a ordem de regimento político. Poucos são aqueles que, de fato, estão nele ou que dele gozam oportunidades e benefícios. A sociedade letrada evidencia-se, após a ordenada, o elemento fundamental de organização do funcionamento sistemático da sociedade latino-americana, pois são na afirmação e na defesa dos signos letrados a diferença e a separação dos civilizados e dos

bárbaros – que já víamos em Mármol. Através do reforço dessa letra – nesse caso a língua espanhola, especificamente, como destacado no texto de Rama – a imposição cultural é também imposição linguística do idioma oficial, e a necessária negação dos dialetos orais no apagamento não só da linguagem proferida pelos nativos, mas pela cultura que antes possuíam.

Rama diz que o modelo de organização social da cidade, na América Latina, representava um sonho da ordem, um pacto da inteligência. O sonho da urbe, concretizados na remodelação de Tenochtitlan, em 1521, e em Brasília, em 1960, anunciavam uma nova distribuição do espaço, pensado para um novo modo de vida, diferente da cidade orgânica medieval. O neoplatonismo serviu de calço cultural *al empuje* capitalista ibérico, concebendo a América como “*la primera realización material de ese sueño y, su puesto, central en la edificación de la era capitalista*” (RAMA, 1998, p. 18), que não correspondia a modelos reais já existentes na Europa, mas sim a modelos ideais concebidos pela inteligência.

A supremacia da cidade letrada, restritiva e forçosamente urbana, marca uma segunda doutrinação de fé religiosa pela palavra escrita, que é o idioma das leis que agora regem e fazem organizar as cidades. A cidade e a linguagem – uma e várias, porque a necessidade do apagamento também reforça o controle pela manutenção – atuam, unidas, no campo das significações e nas autonomias dos sistemas, e ambas – sejam físicas e/ou simbólicas – marcam-se pelas mensagens persuasivas a vastos públicos analfabetos como patrimônios comuns, apesar de ilusórios e marcadamente restritivos.

A “fortaleza letrada” configurava-se também como o reforço de um sistema literário fechado e, portanto, marcava-se como uma cultura elitista de poucos para poucos. A identidade normativa era o padrão, e a defesa pela norma da metrópole também evidenciava a norma cultural que produziam as literaturas. A língua como fascista, não só obrigava a dizer, como diria Barthes<sup>10</sup>, mas o fazia por meio do idioma do outro. Nesse sentido, no período escriturário, Rama chama a atenção para a postura de Simón Rodrigues, que acreditava na república como feita pelos cidadãos, e não por literatos, doutores e escritores, que só confirmariam o fracasso de uma sociedade democrática e igualitária.

---

<sup>10</sup> Em *Aula*.

Rama, nessa visão, identifica que a América Latina, como já haviam assinalado Mármol e Ureña, marcou-se pela importação de culturas para, só depois disso, caracterizar-se independente. No entanto, a independência política não configurava um pré-requisito da cultural, pois as lutas deveriam ser mais revolucionárias e através da pena. Como evidenciado na sociedade letrada, a vitória da cultura popular só se deu a partir do momento em que o nativo, obrigado a desvestir-se de sua cultura linguística em prol da cultura superior do outro, europeu e colonizador, tomou emprestado este novo idioma como arma de luta pela igualdade social e pela independência cultural. O inimigo negava-lhe a sua própria identidade: o cidadão latino-americano, no entanto, deveria vestir essa nova identidade alheia, para, só assim, encontrar sua voz de ir contra, de rebelião, de negação do imposto e da independência da identidade importada europeia.

#### 4 LITERATURA: UMA FORMAÇÃO DE IDENTIDADE

A identidade latino-americana marca a luta daquilo que era antes da conquista portuguesa/espanhola com a depois, pela interferência desta. Objetivando o rompimento, buscou, através da própria imposição cultural vivida, mecanismos de defesa e contra-ataque da opressão em prol de sua própria identidade, que já não poderia ser a inicial, posto que a influência estrangeira já a havia comprometido, mas uma outra, uma terceira, resultado de ambas.

A literatura, como marca principal de uma cultura, evidenciou-se como patrimônio identitário letrado a serviço do rompimento do nativo diante dessa cultura outra. Apesar de esteticamente ligada aos fatores europeus, a influência francesa não era, no entanto, considerada negativa: com os resquícios da Revolução Francesa, o exemplo era o melhor a ser seguido, e essas presenças passaram a ser consideradas benéficas e trampolim para a identidade própria e expressões criativas mais regionais – no sentido de localidade identitária própria, e não do regionalismo.

A proposta de Mármol inaugura “*ideas-clave*” que estão imbricadas nos escritos de Ureña e de Rama. Em primeiro, porque marca também como a literatura influencia essa representação identitária, como marca a proposta de Ureña, e, em segundo, porque se percebe que a perspectiva de Mármol em definir a necessidade da América em buscar sua

independência através da escrita configura o rompimento da cultura letrada a serviço da revolução, como apresenta Rama.

Em Ureña, como primeiro texto cuja visão se manteve sistemática da América Hispânica, percebe-se que retoma Mármol na falta de posicionamento à luta por parte dos brasileiros, mas na já consolidada tomada de posição que ocorria os demais países da América Latina, como o caso específico argentino, e é chave para o discurso de Rama, nos aspectos que definem a revolução intelectual e na pluralidade cultural latino-americana, que não há como fugir. Apesar de Rama não aceitar o termo “*América Hispánica*”, cunhado por Ureña, e também não apoiar o esquecimento deste com as literaturas haitiana e indígena, ainda considera muitos dos elementos geográficos de Ureña os exemplos evidentes de defesa da pluralidade da identidade latina e o campo cultural como base unificadora das produções, deixando a língua para segundo plano.

Por último, em Rama, configura-se a retomada dos espíritos defendidos pelos dois autores anteriores. Não só no sentido de tratar a América Latina como plural e cheia de riquezas, riquezas essas quase apagadas pela necessidade de modernização e de extensão de domínios da Europa colonizadora, mas também, e quiçá principalmente, pela identificação do signo cidade como representativo dessa nova organização social, projeto europeu moderno para aplicação nessa nova terra.

Dessa forma, os três textos, como uma hipótese inicial apresentada no início desta reflexão – poderiam eles abordar uma identidade latino-americana? – podem, sim, responder afirmativamente a essa questão, uma vez que se percebe que essa identidade latino-americana rompe a organização política europeia somente no momento em que percebe que é no uso das armas do inimigo europeu – a língua e seu código escrito – as principais fontes de conquista e de autonomia cultural americanas. Além disso, os discursos narrativos dos autores manifestam a referência social da América Latina, e como a cultura se formou através da mescla da cultura europeia, seja negando-a – como o caso da portuguesa e da espanhola – seja confirmando-a – como o caso da francesa.

Assim, a identidade latino-americana é plural, marcada pela mescla de culturas e de linguagens, organizações políticas e sociais. Na ânsia por defini-la, identificamos o que a configura, e é justamente essa multiplicidade que possibilita entender a nossa identidade como latino-americanos. Mais que uma dominação política e territorial, o que contrasta na América Latina é o desejo de identidade libertária igualitária a todos, por mais utópica que

isso possa parecer. É isso que evidenciamos nos textos dos três autores. E é isso que torna o nosso reconhecimento como latino-americano pautar-se na narrativa histórico-social dos visionários da época, que tinham na palavra o signo referencial de coisas pensadas, fundamental para essa época de utopias.

**RESUMEN:** En la pluralidad del ser, el latinoamericano posee no solo una cultura importada impuesta, pero también marcado por el fascismo de una lengua también importada. Para Mármol, Ureña y Rama, la tomada de posición del ciudadano latinoamericano no solo es obligatoria, como también la necesidad inicial para salir de la situación de subdesarrollo, de colonia, de dominación, de dependencia. La propuesta de este texto es pensar sobre las herencias de colonialidad, para la dirección de una autonomía identitaria, a partir del pensamiento de José Mármol, Pedro Henríquez Ureña y Ángel Rama. El objetivo de esa reflexión es analizar como la literatura, vista en un todo aún mayor, que es la manifestación *de la cultura*, puede evidenciar la tomada de posición política de conquista del espacio social efectivo, que está además de la mera conquista política de independencia, y en este espacio poder escribir una realidad otra de desarrollo intelectual, a través de la propia lengua que se impuso.

**Palabras clave:** Colonialidad. Literatura latinoamericana. Identidad. Autonomía. Cultura.

## Referências

ACHUGAR, Hugo. Prólogo. In: *La ciudad letrada*. Montevideo: Arca, 1998.

MÁRMOL, José. Juventude progressista do Rio de Janeiro. *Ostensor Brasileiro*. Jornal literário e pictorial, Rio de Janeiro, 1845-1846. Fundação Biblioteca nacional, 2010. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700100x&PagFis=1>

PERKINS, David. *História da literatura e narração*. Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS. Porto Alegre, v. 3, n. 1, mar. 1999. Série Traduções.

RAMA, Ángel. *La ciudad letrada*. Montevideo: Arca, 1998. Disponível em: <https://app.box.com/shared/3nk3yn4hg5>, acesso em maio de 2015.

SANTIAGO, Silvano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: \_\_\_\_\_. *Uma literatura nos trópicos*. ensaios sobre dependência cultural. São Paulo: Perspectiva: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978. p. 9-26.

UREÑA, Pedro Henríquez. *Las corrientes literarias en la América Hispánica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

Revista *Literatura em Debate*, v. 9, n. 17, p. 132 - , dez. 2015. Recebido em: 30/09/2015. Aceito em: 23/12/2015.